

## ATA DE DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS

### PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA SELEÇÃO DE 1 ASSISTENTE TÉCNICO, ATRAVÉS DE MOBILIDADE INTERNA NA CATEGORIA

Aos vinte e seis dias do mês de julho de 2024, reuniu-se o júri do procedimento concursal para seleção de 1 Assistente Técnico, através de mobilidade interna na categoria, aberto por Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 23/05/2024.

O júri foi designado por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 23 de maio de 2024, e tem a seguinte composição:

Presidente – Vera Bailote (Chefe de Divisão)

1º. Vogal Efetivo – Cristina Bernardo (Chefe de Divisão)

2º. Vogal Efetivo – Sandra Carvalho (Coordenador Técnico)

1º. Vogal Suplente – Luis Pires (Diretor de Departamento)

2º. Vogal Suplente – Domiciano Poeiras (Coordenador Técnico)

Vogal substituto do Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos – Cristina Bernardo (Chefe de Divisão)

Deliberou o júri, por unanimidade, proceder à discussão da seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Formalização das candidaturas**
- 2. Verificação de requisitos**
- 3. Método(s) de seleção**
- 4. Critérios de ordenação preferencial**
- 5. Ordenação final dos candidatos aprovados**

#### **Ponto 1 – Formalização de Candidaturas**

Os/as candidatos/as são responsáveis pela formalização da candidatura, em conformidade com a legislação atual, devendo enviar toda a documentação necessária à sua análise e avaliação, sob pena de exclusão:

- a) O prazo para entrega de candidatura será de dez dias úteis, contados a partir do dia da publicitação integral do aviso que será efetuada na Bolsa de Emprego Público (BEP) e na página de internet do Município de Évora ([www.cm-evora.pt](http://www.cm-evora.pt)).
- b) As candidaturas deverão ser formalizadas obrigatoriamente através da plataforma eletrónica de recrutamento disponível através do seguinte link: <https://recrutamento.cm-evora.pt> mediante o preenchimento de formulário e anexação dos documentos que instruem a candidatura ali indicados.
- c) A apresentação da candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
  - Currículo detalhado;
  - Fotocópia de documentos comprovativos das habilitações literárias. Os/as candidatos/as possuidores/as de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro, devem apresentar obrigatoriamente e em simultâneo, documento comprovativo do reconhecimento dessas habilitações;
  - Fotocópia dos documentos comprovativos das ações de formação, relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho, onde conste a data de realização e duração das mesmas, sob pena de não serem consideradas;
  - Fotocópia dos documentos comprovativos da experiência profissional, sob pena de não ser considerada.

#### **Ponto 2 - Verificação de requisitos**

O júri verificará se as candidaturas cumprem os requisitos de admissão exigidos, e de acordo com o seguinte:

- Se as candidaturas entraram dentro do prazo estabelecido;
- Se estão corretamente instruídas: formulário e declaração de consentimento devidamente preenchidos;
- Se os/as candidatos/as anexaram os documentos exigidos, conforme *Ponto 1 – Formalização de Candidaturas*;
- Caso se aplique, se é titular dos requisitos especiais exigidos (por ex.: candidatos/as portadores de deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%);
- Outros requisitos legais ou condições que constem do *Aviso de Abertura de Concurso*.

Em caso de dúvida, o júri pode exigir a qualquer candidato/a, a apresentação de documentação complementar, comprovativa das declarações prestadas na candidatura.

### Ponto 3 - Método(s) de seleção

#### Da Avaliação Curricular (AC)

Visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação (HA), a formação profissional (FP), a experiência profissional (EP) e a avaliação do desempenho (AD). Será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar, de acordo com a ponderação a seguir indicada.

#### **A habilitação académica (HA)**

Será considerada a seguinte valoração:

- Habilitações académicas de grau exigido à candidatura: 18 valores;
- Habilitações académicas de grau superior à candidatura: 20 valores.

**A formação profissional (FP)**, considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função, são ponderadas as ações de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional posta a concurso, até ao limite máximo de 20 valores:

Sem formação relevante para o exercício das funções — 10 valores

Com ações de formação relevantes — 10 valores acrescidos de:

1 valor — por cada ação até 14 horas

2 valores — por cada ação de 14 a 35 horas

5 valores — por cada ação de 35 a 70 horas

10 valores — por cada ação superior a 70 horas

Para contabilização das horas de formação profissional, um dia de formação corresponderá a 7 horas, exceto prova em contrário. Não serão contabilizadas as ações de formação que não indiquem a duração em horas ou dias.

**A experiência profissional (EP)**, com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas, pondera o desempenho efetivo de funções na área da atividade para que o concurso é aberto:

Sem experiência relevante para o exercício das funções — 10 valores

Com experiência relevante — 10 valores acrescidos de:

Até um ano — 2 valores

De 1 a 3 anos — 4 valores

De 3 a 6 anos — 6 valores  
De 6 a 10 anos — 8 valores  
Mais de 10 anos — 10 valores

**A avaliação do desempenho (AD)**, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar.

Para a valoração da Avaliação de Desempenho, será considerada a média aritmética da avaliação relativa aos três últimos anos, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Lei n.º 10/2004, de 22 de março e Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de maio: Excelente: 20 valores; Muito Bom: 16 valores; Bom: 12 valores; Necessita de desenvolvimento: 8 valores; Insuficiente: 6 valores.
- b) Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro: Relevante: 20 valores; Adequado: 13 valores; Inadequado: 8 valores.
- c) Caso se verifique a não existência de avaliação, ou avaliação de acordo com outro diploma legal em algum dos anos, será considerado como Desempenho Adequado: 12 Valores.

$$AC = HA + FP + (2 * EP) + AD$$

5

#### **Ponto 4 - Critérios de ordenação preferencial**

O art.º 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, estabelece que nos procedimentos concursais sejam aplicados os seguintes critérios de ordenação preferencial:

1 - Em situações de igualdade de valoração, têm preferência na ordenação final os candidatos que:

a) Se encontrem na situação prevista no n.º 1 do artigo 66.º da LTFP, a saber "O trabalhador contratado a termo que se candidate, nos termos legais, a procedimento concursal de recrutamento publicitado durante a execução do contrato ou até 90 dias após a cessação do mesmo, para ocupação de posto de trabalho com características idênticas às daquele para que foi contratado, na modalidade de contrato por tempo indeterminado, tem preferência, na lista de ordenação final dos candidatos, em caso de igualdade de classificação".

b) Se encontrem em outras situações configuradas como preferenciais pela lei.

2 - A ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial é efetuada, de forma decrescente:

a) Em função da valoração obtida no primeiro método utilizado;

b) Subsistindo o empate, pela valoração sucessivamente obtida nos métodos seguintes, quando outra forma de desempate não tenha sido fixada na publicação do procedimento concursal.

c) Subsistindo ainda empate na lista unitária de ordenação final, após a aplicação dos critérios estabelecidos no art.º 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, é aplicado o seguinte critério, aprovado por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 09/06/2021:

- Candidato com menor idade;

#### **Ponto 5 - Ordenação final dos candidatos aprovados**

Conforme disposto no artigo 23.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a ordenação final dos candidatos que completem o procedimento concursal, com aprovação em todos os métodos de seleção aplicados, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, dando origem a uma lista unitária, ainda que no mesmo procedimento, lhes tenham sido aplicados diferentes métodos de seleção.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Os Membros do Júri

Janina Cristina Bernardo

Henrique B. L.

Francisco António da Silva Xavier Barreira